

Trabalhadores do Coren/MA rejeitam proposta apresentada pelo Conselho.

Os trabalhadores do Conselho Regional de Enfermagem do Maranhão (COREN-MA) decidiram ontem, 03, pela não aceitação da proposta apresentada pela direção do Conselho.

A reunião teve a participação do Sindsep/MA através de Raimundo Pereira (presidente do Sindsep/MA), Marcos Trovão (diretor da Secretaria de Comunicação), e Guilherme Zagalo (assessor Jurídico do Sindsep/MA).

Durante o encontro Guilherme Zagalo fez uma análise da proposta, expondo os pontos propostos para retirada de dúvidas e apreciação dos funcionários do Coren.

Após a explanação do Assessor Jurídico do Sindsep/MA, os trabalhadores decidiram por



rejeitar a proposta apresentada pelo Conselho.

Uma contraproposta vai ser apresentada pelos trabalhadores à Direção do Coren/MA.

“Os trabalhadores analisaram a proposta apresentada

pelo Coren/MA e decidiram pela não aceitação dos pontos. Iremos agora apresenta uma contraproposta da categoria ao Coren/MA”, declarou Raimundo Pereira, presidente do Sindsep/MA.

STF começa a julgar este mês ações que podem retirar mais direitos trabalhistas

Os trabalhadores e trabalhadoras devem ficar atentos às decisões que os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) devem tomar este mês em relação a diversos direitos trabalhistas, que constam em leis, mas podem ser retirados caso as ações que estão na pauta da Corte sejam desfavoráveis à classe trabalhadora.

Nesta quarta-feira (4) está na pauta do STF a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 323. Por trás deste título “pomposo” está a possível retirada de um direito trabalhista já previsto na Súmula nº 277, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que estabelece que continuam valendo as cláusulas dos acordos coletivos, quando patrões e trabalhadores não realizaram novas

negociações, é a chamada ultratividade.

O advogado do escritório LBS, Ricardo Carneiro, que acompanha as ações no Supremo, explica que a Súmula nº 277 do TST, prevê que as cláusulas contidas nos acordos coletivos devem prevalecer quando esses acordos perdem a vigência por falta de novas negociações. Os direitos contidos numa convenção coletiva só podem ser alterados por uma nova convenção ou acordo coletivo.

Mas, um pedido contrário à ultratividade veio, previsivelmente, de uma entidade patronal, a Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen), que agora o STF começa a julgar, depois de cinco anos da entrada da ADPF.



“Hoje quando um acordo de convenção coletiva, que tem validade de até dois anos, perde a vigência, o sindicato ajuíza o dissídio na Justiça, e a empresa forçosamente negocia”, diz Carneiro.

O relator da ação é o ministro Gilmar Mendes, que já proferiu o seu voto, na última segunda-feira (2), favorável aos patrões e pelo fim da ultratividade. O julgamento foi suspenso.

Fonte: CUT



Centrais preparam greve de servidores contra reforma administrativa

Centrais sindicais estão convocando servidores municipais, estaduais e federais para uma greve geral em 18 de agosto contra a reforma administrativa proposta pelo governo federal e as privatizações de estatais.

Algumas manifestações já foram mobilizadas para hoje, a partir das 8h na Esplanada dos Ministérios. Às 12h deve acontecer uma concentração no pátio do Museu Nacional, e uma passeata está prevista para 14h.

A greve e as mobilizações de hoje são organizadas por diversas entidades, como a CUT (Central Única dos Trabalhadores), CSPB (Confederação dos Servidores Públicos do Brasil) e CTB (Central dos Trabalhadores do Brasil).

A greve foi definida após assembleias realizadas na quinta (29) e na sexta-feira

(30). A categoria dos servidores deve voltar a se reunir a partir desta semana para organizar a greve que, segundo as centrais, será em todo o país.

Para o diretor da CUT e da Condsef (Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Federal), Pedro Armengol, a reforma administrativa não trará prejuízos somente aos servidores, mas também ao serviço público como um todo.

"A reforma administrativa é muito mais danosa à população do que aos próprios servidores. Na essência, a PEC 32 vai reduzir a capacidade do Estado em políticas públicas básicas como saúde, saneamento e educação. Tudo isso vai para o setor privado, que não vai prestar serviço gratuito. Só quem pode pagar vai ter acesso, e a maioria da população não tem dinheiro para pagar", disse Armengol.

Privatizações

A greve dos servidores também será em protesto contra as propostas de privatização do governo federal. No mês passado foi aprovado processo para privatização da Eletrobras, estatal do setor de energia. Os Correios já estão na mira do ministro da Economia, Paulo Guedes.

Além disso, outros temas estão na pauta, como a ampliação do auxílio emergencial, o alto índice de desemprego no país, a oferta maior de vacinas contra a covid-19 e o impeachment do presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

"Se a gente quer emprego, renda, o fim das privatizações, quer derrotar a reforma administrativa; se a gente quer vacina já, se a gente quer viver decentemente, Bolsonaro tem que sair", disse o presidente da CUT, Sérgio Nobre.

A PARTIR DE 2 DE AGOSTO

HORÁRIO DE ATENDIMENTO

SINDSEP
MARANHÃO
SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS NO ESTADO DO MARANHÃO

Segunda a Sexta

08 às 12h
13 às 16h

SINDSEP
MARANHÃO

PALESTRA DO Dia dos Pais

Pai: tempo de pandemia, modernidade e papel social
com a Psicóloga Socorro Santos*

Local Sindsep/MA Hora 15h

Sorteio de brindes para os pais presentes

Dia 06 / Ago (Sexta)

*** Maria do Socorro dos Santos Pereira (CRP 22/02750)**
Psicóloga, psicanalista, membro do Corpo Freudiano/São Luis, pós-graduanda em Saúde Mental, estuda psicoses ordinárias e participa de grupos de estudo na área clínica como analista.

SINDSEP
MARANHÃO